INTERESSADA - JOARA ALAYDE ROMANO PONTES
 ASSUNTO - Requer providências (regularização de vida escolar)
 RELATOR - Conselheiro ALFREDO GOMES
 PARECER CEE Nº 909/75, CSG, Aprov. em 19/3/75

I- RELATÓRIO

1. HISTÓRICO- De conformidade com o pronunciamento de fls. 841 "usque" 90, baixou-se o processo em diligência para as providências de fls. 90, atendidas em informações complementares, transcrevendo disposições regimentais aplicáveis, inclusão de novas fichas escolares devidamente assinadas pelo Senhor Inspetor da 7ª Delegacia de Ensino Secundário e Normal DREGSP - 7ª DESN -, em data de 24 de fevereiro de 1975, e busca de esclarecimento pertinente ao "Curso de Edificações" ou "habilitação de Técnico em Edificações", mencionado pelo peticionário (fls. 71), agora emergindo como "modalidade de técnico em Laboratórios Médicos".

2. Do primeiro compulsar, o estabelecimento de ensino não ensejara vislumbre de configuração alguma de Curso de Técnico em Edificações ou habilitação: "Técnico em Edificações", setor secundário, carga horária mínima e a correspondente do conteúdo profissionalizante, pois o signatário reportara-se a "série, concluída com dependência a adaptações no ano letivo de 1974, na habilitação de Técnico em Edificações, oferecida por esse estabelecimento" (o Instituto de Educação "Costa Braga").

Daí a circunstância de "ter-se ciência do Currículo Mínimo, válido para todo território nacional (Resolução nº 8, de 01/12/71, art. 1º, § 1º, a-b-c e art. 5º, 11, mais art. 7º, quanto à recomendação visando à inclusão de Língua Estrangeira Moderna; Lei nº 5692, de 11/08/71, art. 7º e seu Parágrafo Único, e Resolução nº 2. C.E.E., de 27/01/72, pertinente ao mínimo exigido para habilitação profissional em matérias de formação especial, além da parte diversificada a cargo do Conselho Estadual de Educação, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso II da Lei nº 5692" (fls. 90). Todavia, declaram os informantes (Diretor e Secretária): "No momento, em razão da efetiva preferência dos alunos, a escola não está oferecendo a modalidade de Técnico em Edificações, havendo, entretanto, compatibilidade de currículo para prosseguimento dos estudos dos alunos na modalidade de Técnico em Laboratórios Médicos". Sujeito o estabelecimento à fiscalização, orientação o autorização de órgão próprio da Secretaria da Educação, refoge o assunto a pronunciamento do Relator que se cingirá aos aspectos da Educação Geral (Núcleo Comum) quanto a Matérias e Disciplinas/Conteúdos Específicos ... (Resolução nº 8, de 1/12/71, art. 1º § 1º, a-b-c, e art. 5º. II) e outras obrigatórias (Lei nº 5692, de 11/08/71, art. 7º), sem cuidar

de matérias de formação especial, pois a elas não se vincula a situação da interessada.

3. Em síntese:

a) a aluna, em 1973, na primeira série do segundo grau, no Colégio "Visconde de Porto Seguro", teve notas finais, com insuficiência em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (3,0), Alemão (1,0) o Inglês (3,0), sendo "Reprovada por decisão do Conselho de Classe" (fls. 6) ;

b) em petição de 28/02/74, o pai, alegando que a filha não fora dado "frequentar as aulas de recuperação ao (sic) quarto bimestre do ano de 1973" (fls.2) recorreu ao Conselho Estadual de Educação, solicitou providências no sentido de que o Colégio "Visconde de Porto Seguro" , fornecesse ficha "modelo 19", segundo critério exposto, visando à transferência para outro estabelecimento, com a substituição, portanto, da que fora expedida pela escola de origem, o que teve a contrariedade da 9ª Delegacia de Ensino Secundário e Normal (fls.9 "usque" 11) e de ilustre Relator (fls. 37 "usque"42), ambos concluindo que o Colégio "Visconde de Porto Seguro" reprovou a aluna "segunda seu regimento em vigor, de conformidade com a Deliberação CEE nº 3372(fls. 13, 42,48, 54, 57 "in fine");

c) ciente do Parecer CEE nº 2386/74 referente ao Processo CEE nº 611/74, em 11/11/74, o peticionário recorreu, informando que a filha matriculara-se, simultaneamente, no ano letivo de 1974, no Instituto de Educação "Costa Braga", na primeira série do segundo grau, no turno da noite, e na segunda série do segundo grau, no turno da manhã, (fls.70), o que motivou a diligência (fls. 90);

d) o Instituto de Educação "Costa Braga", alegando que dada a situação da aluna pendente de solução final pelo Conselho Estadual de Educação, efetivara, no ano letivo de 1974, a matrícula da aluna na primeira série do segundo grau, no turno da noite, "sem nenhuma restrição", e na segunda série do segundo grau, no turno da manhã, "sob condição e a título precário", aceitando-a, de acordo, segundo afirma, com o Regimento Interno", como dependente em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e em Inglês, excluindo Alemão, Disciplina não constante do nosso currículo na série em que aqui (no estabelecimento) teria de repetir, contra-

riando, porém, a Deliberação CEE nº 4/71.

e) a aluna foi aprovada tanto na primeira série do segundo grau (noite) como na segunda série do segundo grau (manhã), ficando, nos dois turnos indicados.

4. Embora não entre no mérito, com ou sem espírito catoniano, mas tendo em vista as características definidoras, sobretudo, do educador, os informantes externaram desnecessários juízos anti-óticos em relação a escola de origem, um dos estabelecimentos de reconhecida idoneidade e que, de há muitos anos, vem prestando relevantes serviços à causa da educação e do ensino, em expressões que deviam estar ausentes, como "a aluna teve violado o seu direito de realizar recuperação de verão na escola de origem", "o problema da violência de seus direitos de que foi alvo, quando negada a oportunidade de realizar a recuperação de verão".

II- CONCLUSÃO

Pelo não acolhimento do pedido de reconsideração. Considera-se regular a vida escolar de Joara Alayde Romano Pontes, quanto à primeira série do segundo grau, de Instituto de Educação "Costa Braga", Capital. Deixa-se de reconsiderar a matrícula concomitante na série seguinte, no mesmo estabelecimento do ensino, por ser nula em face da Deliberação CEE nº 4/74 que fixou normas para o regime de sua matrícula com dependência no sistema estadual de ensino.

São Paulo, 05 de março de 1975

a) Conselheiro ALFREDO GOMES Relator.

III- DECISÃO DA CÂMARA- A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu parecer o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros - Alfredo Gomes, Arnaldo Laurindo, Erasmo de Freitas Nuzzi, Hilário Torloni, José Augusto Dias, José Borges dos Santos Júnior e Lionel Corbeil.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1975

a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS Vice-Presidente no exercício da Presidência.

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau nos termos do voto do Relator.

Vencido o voto do Sr. Cons. Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, nos termos de sua declaração.

Sala "Carlos Pasquale", aos 10 de março de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
Presidente

Declaração de voto

I - HISTÓRICO

Como se lê na petição inicial de 28/02/74, dirigida ao ilustre Presidente do CEE, nesse mesmo dia protocolada neste Conselho e remetida à Assessoria Técnica para opinar, a interessada, Joana Alayde Romano Pontes, por seu pai Rádyr Nogueira Pontes, solicitou providências no sentido de o "Colégio Particular Visconde Porto Seguro" fornecesse "com urgência" a ficha "modelo 19" preenchida "por completo e na sua conformidade", a fim de se matricular "em outro estabelecimento de ensino e evitar, desta forma que ela viesse a perder um ano de estudos e o requerente e sua família não viessem a sofrer maiores prejuízos".

Isso porque o Colégio Visconde de Porto Seguro, particular, a isso se negou, sob o fundamento de que fora reprovada, conforme decisão do conselho de classe, como se verifica do documento de fls. 04, em Língua Portuguesa e Literatura, em Inglês e Alemão, e com nota de suficiência abaixo do mínimo previsto pelo Colégio para permitir a recuperação de verão, nos termos de seu Regimento Escolar.

O processo teve um processamento excessivamente moroso, e só em 19/10/74 foi publicada a deliberação do Conselho Pleno, aprovando parecer do ilustre Cons. Pe. Lionel Corbeil, já acolhido pela Câmara de 2º grau, no qual se reconhecia à interessada o direito de ter fornecido pelo referido Colégio, a ficha modelo 19, citada. Entretanto, nos termos do seu Regimento Escolar, na qual constavam as notas de aprovação e reprovação da interessada, reconheceu que no Colégio em questão, sem dúvida, conforme pronunciamento do Conselho Estadual de Educação, nos termos do citado Regimento Escolar, não assistia à interessada direito à recuperação de verão. De passagem, observo que a salientada morosidade no andamento do processo nenhuma culpa coube ao Relator Pe. Lionel Corbeil, nua, no prazo regulamentar e com a devida rapidez, emitiu o seu parecer, cujas conclusões, acima expostas, foram aprovadas, mas a outros fatores burocráticos, que não vem ao caso examinar.

Tendo em vista o não recebimento da ficha supra mencionada no devido tempo, e certo de que isso não lhe poderia de direito ser negado, e a tanto lhe assegurava mesmo o § 21 do Artº

153 da Magna Carta do Brasil, e, portanto, o CEE decidiria em consonância com o seu requerimento, valendo-se dos documentos de que dispunha, a interessada requereu e obteve matrícula condicional no Instituto de Educação "Costa Braga", nesta Capital, na 2ª série do 2º grau, no turno matutino, e para evitar qualquer dúvida, "ad cautelam", no curso da 1ª série, matriculando-se, outrossim, nessa série, no turno noturno. Isso foi aceito pelo Instituto, enquanto aguardava a interessada o despacho do seu requerimento ao CEE

De passagem se observe que a disciplina Alemão faz parte do currículo facultativo e inexistente no Instituto de Educação "Costa Braga".

Quando o ano estava prestes a terminar, ocorreu o despacho supra mencionado do CEE; a interessada terminava os cursos devidamente aprovada em ambos, conforme se acha comprovado no processo. Então, requereu ao CEE, em última análise, que fosse dada validade às suas aprovações, na 1ª e 2ª séries do 2º grau, como realmente ocorreu, embora feitas no mesmo ano, e se lhe facultasse a matrícula na 3ª série.

E isso fez com base no Artº 15 da Lei Federal 5692 de 11/08/71 e no pronunciamento favorável do Instituto de Educação "Costa Braga" que salientou, com fundamento no Artº 60, do seu Regimento, que, aliás, repete o Artº 15, da Lei federal 5692, em vigor, ou seja, a partir do 7º ano, isto é, do 1º grau, e, destarte, em todo o 2º grau, ficou facultada a matrícula com dependência de duas disciplinas do ano anterior. Portanto, a matrícula da interessada na 2ª série do 2º grau podia ser considerada como com dependência das disciplinas Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e de Língua Inglesa, na 1ª série, do 2º grau, embora tivesse, por excesso de cautela, feito todas as disciplinas da 1ª série, no turno noturno, e aprovada, inclusive, naquelas duas. A disciplina Alemão a que fora reprovada no Colégio anterior, porquanto inexistente no Instituto de Educação "Costa Braga", e ex-vi-do Artº 15 do citado diploma legal (e Artº 63, § 2º do Regimento do Instituto de Educação "Costa Braga"), que rege o ensino de 1º e 2º graus no país, o aluno transferido fica desobrigado da disciplina a que fora reprovado na Escola anterior, em transferindo-se para outra em que ela inexistente, por não constar do currículo desta, considerando-se mesmo como nela aprovado, desde que satisfaça as exigências da Escola para a qual se transfere.

Contudo, houve por bem a Câmara do 2º grau em indeferir o pedido da requerente. Isso por entender que não podia a interessada fazer matrícula concomitante em duas séries, no mesmo estabelecimento de ensino, em face da Deliberação CEE 4/74, que fixo normas para o regime de matrícula por dependência no sistema estadual de ensino. Consequentemente, a considerou aprovada tão somente na 1ª série, com direito de matrícula na 2ª série. Esse parecer foi aprovado não só na Câmara como em Plenário. Por ocasião da discussão da matéria em Plenário divergi do parecer e votei vencido, requerendo que constasse esse meu voto favorável à requerente e, também, me viesse o processo para declaração do voto vencido, para que constasse ao pé da deliberação vencedora, o que foi deferido pelo ilustre Presidente desta Casa, o Cons. Vaz Guimarães. E ai a razão dos fundamentos do meu voto que passo a expor.

Fundamento - Não se me afigura pouca o CEE desconhecer a aprovação da interessada que realmente existiu, tanto na 1ª como na 2ª série do 2º grau. E se aprovada nessas séries surge inquestionável, data venia, dos votos da expressiva maioria em contrário, o direito da interessada matricular-se na 3ª série do 2º grau. É princípio jurídico que o que abunda não faz mal. Ora, era lícito à interessada matricular-se na 2ª série com dependência na 1ª série, nos termos do Artº 13, da Lei federal 5692 de 11/08/71, em vigor, nas duas disciplinas Língua e Literatura Portuguesa e Inglês. Não cabe salientar a sua reprovação em Língua Alemã no Colégio Porto Seguro, porquanto inexistindo essa disciplina no Colégio para que se transferiu, Instituto de Educação Costa Braga, ante o disposto no Artº 15, da referida Lei federal 5692, de 11/08/71, há de considerar-se como tendo sido nela aprovada e a reprovação, destarte, como inexistente. Por conseguinte, - embora cursando integralmente a 1ª série do 2º grau da Escola para a qual se transferiu, matriculada no turno noturno, e também no diurno na 2ª série, e tendo sido aprovada em todas as disciplinas, tanto de uma como de outra série - há de considerar-se, em última análise, como estando matriculada na 2ª série, que cursou, e foi aprovada, e com dependência de duas disciplinas na 1ª série, Língua e Literatura Portuguesa e Inglês, na qual foi integralmente aprovada.

Dir-se-á que pela Deliberação CEE 4/74 é vedado ao aluno matricular-se em duas séries no mesmo ano e no mesmo estabelecimento, filas, esse texto há de receber a necessária interpretação. Na realidade, a matrícula da interessada na 1ª série equivale a uma matrícula em duas cadeiras por dependência. E isso não proíbe a citada Deliberação. Se, por diletantismo, ou por qualquer outra razão, que não importa discutir, se matriculou nas duas séries, 1ª e 2ª do 2º grau, e as cursou e foi aprovada, embora só devesse se matricular na 2ª série e na 1ª série tão somente nas disciplinas de Língua e Literatura Portuguesa e Inglês, isso não altera a situação do seu direito e da regularidade da matrícula e aprovação. Irregular seria essa matrícula na 1ª e 2ª séries do 2º grau se estivesse reprovada na 1ª série e quisesse cursá-la, repetindo-a, e ainda se matriculasse na 2ª série, em turnos diferentes do mesmo Estabelecimento de Ensino. Porém, não foi o que ocorreu. A interessada podia se matricular na 2ª série com a dependência de duas disciplinas na 1ª série, e como tal deve ser considerada a sua matrícula no Instituto de Educação Costa Braga e como tal o considerou a própria Escola. Que importa ao Conselho que ela tenha se disposto a cursar integralmente na 1ª série, pago essa matrícula por inteiro, se bastava, como de direito, matricular-se na 1ª série apenas na dependência de duas disciplinas, e tal matrícula não lhe vedava a Deliberação 4/74?

Ainda porier-se-á alegar que a matrícula por dependência só é possível se não constituir pré-requisito de outra estudada na série seguinte. Mas, quem cabe dizer se constitui ou não pré-requisito a respeito é o Colégio e não o CEE. É atribuição daquele. A Deliberação 4/74 não entregou isso à competência do CEE. Ora, o Instituto de Educação Costa Braga não considerou a matrícula das disciplinas Língua e Literatura Portuguesa e Inglês estudada na 1ª série como pré-requisito para o estudo dessas disciplinas na 2ª série. Não poder-se-á, portanto, considerar-se essa alegação, acaso viesse a ser feita em Plenário, porque o Conselho estará entrando em seara alheia. Se o Regimento da Escola possibilita ditas dependências, não pode o CEE se opor a essa matrícula por dependência. Aliás, esse problema do pré-requisito é muito, digo, questão muito problemática, sem que se pretenda fazer qualquer trocadilho. Depende do subjetivismo do Professor e da Escola entender que parte de uma disciplina deve ser estudada antes e outra depois. Basta examinar-se

os diferentes currículos das diversas Escolas para se verificar a absoluta procedência dessa assertiva. Compare-se a ordenação do estudo da Língua Portuguesa feita, pela tradicional Gramática Expositiva do meu saudoso Professor Eduardo Carlos Pereira com os compêndios atuais da Língua Portuguesa e ainda se observe a diversidade da nomenclatura utilizada e a diversidade do processo de ensino. E se não se quiser marcar épocas muito distantes, verifique-se a ordenação completamente outra à constante naquela gramática e a adotada pelo grande pedagogo que foi o Professor Antônio de Sampaio Dorias no seu conhecido livro "Como se aprende a Língua". Por outro lado, o que impede para boa compreensão de Literatura Portuguesa que se estude a Escola Simbolista e mesmo Moderna antes da Parnasiana? Até não será mais atraente ao aluno começar pelo estilo da época em que está vivendo? E o mesmo se pode dizer da Língua Inglesa. Nesta há professores que preferem começar o ensino da língua estrangeira através de frases feitas e mediante a prática auditiva em lugar da decoreção do significado de cada vocábulo e respectiva tradução.

Cabe ainda ponderar que se a aluna por erro em vez de matricular-se na 2ª série do 2º grau com dependência de duas disciplinas na 1ª série do 2º grau, por excesso de cautela, se matriculou nas duas séries, o que não permite a Deliberação 4/74, proibição essa, no entanto, que não envolve, a meu ver, o caso presente, como se ressalvou, por lhe ser lícito a matrícula na 2ª série do 2º grau, com a dependência das disciplinas já referidas na 1ª série do 2º grau, se trata de ato anulável, ex-vi-do Artº 142-2 do Código Civil, e, assim, suscetível de convalidação, segundo o Artº 148 do mesmo Código. E essa cautela mais se impunha ante a demora inexplicável do despacho do seu requerimento inicial ao CEE, entrado nesta repartição em 28/02/74, e só resolvido em setembro desse mesmo ano, quando estava a findar-se o período escolar, e dado conhecimento à interessada em 19 de outubro! Há de a aluna perder um ano pela demora em que ocorreu no despacho do seu processo e mais ainda porque, por excesso de cautela, matriculou-se em duas séries do mesmo estabelecimento e em ambas foi aprovada, quando lhe era lícito matricular-se na 2ª série do 2º grau, com dependência na 1ª série do 2º grau? Repito o que já disse, o que abunda não faz mal, e por isso não pode ser prejudicada a aluna, obrigando-a a repetir uma série para a qual já foi aprovada. Demais, se erro houve foi do Colégio, e não da aluna, que devia tão somente matricular-se na 2ª série do

2º grau com dependência de duas disciplinas da 1ª série do 2º grau. E tudo isso ocorreu, por certo, em virtude do caso estar pendente de recurso ao CEE, e pela teimosia, senão mesmo dissidência do Colégio anterior, que se negou, sem razão plausível, a fornecer o documento modelo 19, para efetivar a sua transferência. Compreendo que o Colégio Porto Seguro, de origem alemã, exija dos seus alunos o cumprimento dessa disciplina. Contudo, não é admissível dificulte a transferência de aluna/^{reprovada} nessa Disciplina, quando pretende transferir-se para outra Escola, que não inclui a Língua Alemã no seu currículo.

Por todos esses fundamentos, dava provimento ao pedido de reconsideração da interessada, entendendo que de direito lhe cabe, neste ano de 1975, matricular-se na 3ª série do 2º grau do Instituto de Educação Costa Braga. Aliás, estou certo se bater às portas do Poder Judiciário esse direito lhe será inquestionavelmente reconhecido, mediante simples mandado de segurança, se devidamente documentado com os elementos que constam deste processo, e em face do que prescreve a legislação em vigor, Lei federal 5692, de 11/08/71 e Deliberação 4/74 do CEE.

São Paulo, em 15 de abril de 1975

a) Cons. Oswaldo de Bandeira de Mello